

efectivos: Vitor Manuel da Silva Grade — Encarregado Operacional (substituto do presidente nas suas faltas e ausências); Carlos Alberto Marques Silva — Técnico Superior na área de Engenharia Civil; Vogais suplentes: José Pereira da Fonseca — Técnico Superior na área de Engenharia Civil, actualmente a exercer funções de Cargo Dirigente de 3.º Grau nas Obras Municipais; Dr.ª Maria Madalena Guerreiro de Sousa — técnica superior na área de Gestão Escolar, actualmente a exercer funções de Cargo Dirigente de 3.º Grau na Educação.

Ref.06/2011 — Presidente: Dulce Maria Costa do Nascimento — técnica superior na área de Engenharia do Ambiente, actualmente a exercer funções de Chefe de Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos; Vogais efectivos: Carlos Alberto Marques Silva — Técnico Superior na área de Engenharia Civil (substituto do presidente nas suas faltas e ausências); Vitor Manuel da Silva Grade — Encarregado Operacional; Vogais suplentes: Bruno Jorge Cabrita Gonçalves — Técnico Superior na área de Engenharia do Ambiente e José Pereira da Fonseca — Técnico Superior na área de Engenharia Civil, actualmente a exercer funções de Cargo Dirigente de 3.º Grau nas Obras Municipais;

Ref.07/2011 — Presidente: Dulce Maria Costa do Nascimento — técnica superior na área de Engenharia do Ambiente, actualmente a exercer funções de Chefe de Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos; Vogais efectivos: Luis Oliveira dos Santos Neto — Chefe de Divisão Financeira (substituto do presidente nas suas faltas e ausências); Maria Teresa Jacinto Oliveira — Coordenadora Técnica; Vogais suplentes: Bruno Jorge Cabrita Gonçalves — Técnico Superior na área de Engenharia do Ambiente Maria Manuela Santos dos Reis Lapa — Coordenadora Técnica.

Ref.08/2011 — Presidente: Luis de Oliveira dos Santos Neto — Chefe de Divisão Financeira, Vogais efectivos: João José Santos Prata (substituto do presidente nas suas faltas e ausências), Carlos Alberto Marques da Silva — Técnico Superior na área Engenharia Civil; Vogais suplentes: Anabela Bigodinho Costa — técnica superior na área de Direito e Maria Manuela Santos dos Reis Lapa — Coordenadora Técnica.

Ref.09/2011 — Presidente: Joaquim José Martins Cabrita — Docente na área de Direito do ISMAT e Chefe de Gabinete da Presidência; Vogais efectivos: Anabela Bigodinho Costa — técnica superior na área de Direito, Luis de Oliveira dos Santos Neto — Chefe de Divisão Financeira; Vogais suplentes: Maria Clara Vieira de Andrade — técnica superior na área de Biblioteca e Arquivo e Sandra Patrícia dos Santos Rodrigues Generoso — técnica superior na área de Sociologia.

Ref.04/2011 — Presidente: Dulce Maria Costa do Nascimento — técnica superior na área de Engenharia do Ambiente, actualmente a exercer funções de Chefe de Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos; Vogais efectivos: Bruno Jorge Cabrita Gonçalves — Técnico Superior na área de Engenharia do Ambiente (substituto do presidente nas suas faltas e ausências); Carlos Manuel Silva Gonçalves Costa — Técnico Superior na área de Medicina Veterinária; Vogais suplentes: António José Rodrigues Rebelo — Encarregado Operacional; Paulo Miguel Cristino Barroso — Encarregado Operacional.

13.1 — As actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação dos métodos de selecção a utilizar, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

14 — A lista de ordenação final dos candidatos obedece aos critérios de ordenação estatuidos pelo artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22.01 e, após homologada, será publicada na II.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público das instalações desta Câmara Municipal e disponibilizada na sua página electrónica.

14.1 — Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22.01, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

14.2 — O exercício do direito de participação dos interessados deverá efectivar-se pela utilização obrigatória de formulário tipo disponível no site deste Município ou na Secção de Recursos Humanos.

13 de Maio de 2011. — O Presidente da Câmara, *Dr. José Inácio Marques Eduardo*.

304702044

MUNICÍPIO DE LOUSADA

Aviso n.º 11657/2011

Para cumprimento do n.º 1, alínea *b*) do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público, que foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com os seguintes trabalhadores:

João Manuel Pereira Oliveira e Rui Miguel Ferreira Barbosa, para desempenharem funções na categoria de Assistente Operacional (Canalizador), com a remuneração mensal de 485,00€, correspondente à

1.ª posição remuneratória, nível 1 da tabela remuneratória única, com início a 14 de Fevereiro de 2011.

Carlos Paulo Rocha e Sousa, para desempenhar funções na categoria de Técnico Superior (Gestão) com a remuneração mensal de 1 201,48 €, correspondente à 2.ª posição remuneratória, nível 15 da tabela remuneratória única, com início a 1 de Abril de 2011.

Manuel António da Silva Costa, José Ricardo Moreira Rodrigues, Pedro Isaac da Mota Teles, José Augusto Couto Nunes, António Fernando Durães Martins, Paulo José Ribeiro e Hélder Emanuel Martins da Costa, para desempenharem funções na categoria de Assistente Operacional (Canalizador), com a remuneração mensal de 485,00€, correspondente à 1.ª posição remuneratória, nível 1 da tabela remuneratória única, com início a 19 de Abril de 2011.

Para efeitos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11/09, conjugado com o n.º 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, o júri do período experimental dos trabalhadores acima mencionados é o mesmo dos respectivos procedimentos concursais.

9 de Maio de 2011. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães*, Dr.

304678953

Aviso n.º 11658/2011

Abertura de procedimento concursal comum para ocupação de 4 postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior e 2 postos de trabalho da carreira e categoria de assistente técnico para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme o Mapa de Pessoal do Município de Lousada.

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 6.º, na alínea *b*), do n.º 1, do artigo 7.º, e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/08, de 27/02 (LVCR), adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 209/09, de 3/09, e no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/09, de 22/01, adiante designada por Portaria, faz-se público que, por deliberação do órgão executivo de 21 de Fevereiro de 2011, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum de recrutamento para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, para preenchimento dos postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Lousada, a seguir enunciados:

Ref. A) — 2 postos de trabalho correspondente à carreira e categoria de Técnico Superior (Desporto)

Ref. B) — 1 posto de trabalho correspondente à carreira e categoria de Técnico Superior Educação (Ensino Básico 1.º Ciclo)

Ref. C) — 1 posto de trabalho correspondente à carreira e categoria de Técnico Superior (Animação Cultural e Educação Comunitária)

Ref. D) — 1 posto de trabalho correspondente à carreira e categoria Assistente Técnico (Biblioteca e Documentação e conhecimentos do Sistema Braille integral)

Ref. E) — 1 posto de trabalho correspondente à carreira e categoria Assistente Técnico

2 — Para os efeitos previstos no n.º 1, do artigo 4.º, da Portaria declara-se não estarem constituídas reservas no Município de Lousada e que não foi efectuada consulta prévia à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), uma vez que, não tendo ainda sido publicado qualquer procedimento concursal para reservas de recrutamento, e até à sua publicitação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade da referida consulta.

2.1 — Nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, foi tido em conta a existência de relevante interesse público no recrutamento e ponderada a eventual carência de recursos humanos nas unidades orgânicas respectivas, conforme se encontra expresso nas informações do Departamento de Educação e Acção Social (DMEAS) n.º 12/DMEAS/2011, de 11/01/2011, 62/DMEAS/2011 de 11/02/2011, 65/DMEAS/2011 de 14/02/2011, 67/DMEAS/2011 de 14/02/2011, 68/DMEAS/2011 de 14/02/2011 que constam da proposta apresentada à câmara municipal para autorizar a abertura do presente procedimento concursal.

2.2 — Relativamente ao requisito previsto na alínea *b*), do n.º 2, do artigo 10.º, da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, o mesmo não se aplica, por força do n.º 8, do artigo 10.º do mesmo diploma, ao recrutamento para ocupação dos postos de trabalho com as Ref. A), B) e E), uma vez que estamos perante um recrutamento excepcional para o exercício de actividades advenientes da transferência de competências do Administração Central para o Município de Lousada na área da